

PARTE II

REGIÃO NORDESTE

O PANORAMA DOS HOMICÍDIOS NO NORDESTE BRASILEIRO: DINÂMICA, NEXOS CAUSAIS E OS DESAFIOS DA GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA¹²

José Maria Pereira da Nóbrega Júnior

Professor Adjunto da Universidade Federal de Campina Grande, lotado no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA), Sumé, Paraíba. Coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da UFCG (NEVU). Doutor em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPE. E-mail: jmnobrega@ufcg.edu.br

¹² O trabalho do atual capítulo faz parte do Projeto “Panorama dos Homicídios no Nordeste

1. INTRODUÇÃO

O Nordeste vem sendo alvo constante de violência homicida. A maior parte dos estados que compõem a região apresenta crescimento nos seus indicadores de homicídios desde, pelo o menos, o início da década passada. Salvo o Estado de Pernambuco – que efetua uma política pública específica na área da Segurança Pública desde 2007 - os estados nordestinos não vêm obtendo sucesso no controle social da violência homicida. Qual a dinâmica dessas mortes violentas? Quais os nexos causais do crescimento dos homicídios nessa região brasileira? Qual o impacto dos indicadores socioeconômicos na violência homicida? Como as instituições coercitivas podem ser medidas em seu efeito dissuasivo na violência homicida? Para responder a esses questionamentos, todos baseados na literatura especializada (NÓBREGA JR., ZAVERUCHA e ROCHA, 2009; SAPORI e SOARES, 2014), farei o uso da análise de dados e testes estatísticos¹³.

A literatura sobre os estudos da violência, em específico dos homicídios, já mostra certa tendência do perfil da vítima de homicídio, bem como faz teste de variáveis importantes do ponto de vista socioeconômico (SOARES, 2008). Em outras publicações já fizemos algumas revisões da literatura contemporânea dos estudos da violência e dos homicídios (NÓBREGA JR., 2012). Neste espaço, vamos avançar na análise dos homicídios no Nordeste em relação a trabalhos já publicados (NÓBREGA JR., 2011 e 2012). As variáveis independentes que serão testadas aqui têm como base os estudos empíricos empreendidos por diversos autores (NÓBREGA JR., ZAVERUCHA e ROCHA, 2009; SAPORI e SOARES, 2014).

Para responder às questões as quais pretendemos discorrer é necessário organizar o trabalho em seções específicas. Além dessa breve introdução, há uma seção metodológica explicativa dos processos teórico e empírico; outra seção analisando a dinâmica dos homicídios nos estados nordestinos numa dada série temporal (2000 a 2012); uma seção dividida em duas subseções: uma analisando as relações socioeconômicas com o crime de homicídio; e a outra destacando as relações institucionais com os homicídios; e mais uma seção trabalhando o desafio da gestão da segurança pública brasileira. Finalmente, a conclusão.

¹³ Sabe-se, de antemão, que os dados de estatísticas criminais sofrem pela falta de uniformidade e padronização (LIMA, 2008). De toda a forma, os esforços feitos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública podem ser destacados como tentativa de sanar esse problema. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública é o produto dessa tentativa e vem no intuito de ajudar os pesquisadores e tomadores de decisão da área da Segurança Pública no Brasil.

2. METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida com a análise de dados de homicídios em séries temporais e teve como principal banco de dados o DATASUS (sistema de dados do Sistema Único de Saúde), onde os indicadores de homicídios foram resgatados da CID-10 (Classificação Internacional de Doenças da décima revisão) na categoria “mortes por agressão”, catalogados entre os códigos X85-Y09 que englobam todas as mortes provocadas de forma intencional (NÓBREGA JR., 2010).

Os dados socioeconômicos foram resgatados do sistema de dados do IBGE e dos microdados do IPEADATA (sistema de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). A maior parte da estatística utilizada para responder os três questionamentos supracitados foi de caráter descritivo analítico. Contudo, também utilizamos o método estatístico de correlação de variáveis – Correlação de Pearson – para o teste de correlação entre variáveis institucionais e os homicídios perpetrados em Pernambuco. O objetivo foi testar o nível de dissuasão policial efetivo e prisões destacados pela literatura (SAPORI e SOARES, 2014).

Os dados para os testes de variáveis institucionais foram resgatados no site do Ministério da Justiça – dados de efetivo policial; nos relatórios institucionais do DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional – para os dados de prisões efetuadas no Estado de Pernambuco (utilizadas como *proxy* para o teste específico dessas variáveis).

Os cálculos de taxas por cem mil habitantes e os cálculos percentuais foram efetuados no programa Excel. Maiores detalhes metodológicos a respeito das notas técnicas dos dados do SIM/DATASUS podem ser acessados em Nóbrega Jr. (2012).

O modelo de Correlação de Pearson foi rodado no programa SPSS versão 17. Este modelo é bivariado, ou seja, testa-se a variável dependente, no caso as taxas e/ou números absolutos de homicídios (‘mortes por agressão’ do DATASUS), ou variável “X”, associando-a com outras variáveis independentes, caso a caso (variável dependente X vs. Variável independente Yⁿ) o intuito principal é verificar a direção matemática do nível de associação. Este modelo é interessante quando se tem uma teoria que lastreie os testes empíricos, porém é limitado do ponto de vista das causalidades, pois não faz testes de controle de possíveis variáveis intervenientes.

A base teórica é a Escolha Racional. Pressupõe-se que os indivíduos são atores político-sociais que buscam maximizar o resultado de suas escolhas. Para a criminologia, caso haja ausência e/ou ineficácia das instituições coercitivas, os

indivíduos buscarão agir conforme as oportunidades surgidas por essa ineficácia. Outro aspecto, se o indivíduo tem baixos níveis de oportunidade no mercado formal devido ao seu baixo nível de qualificação e o mercado informal do crime é mais atrativo do ponto de vista do rendimento em curto prazo, o indivíduo agirá conforme seus interesses mais imediatos (BECKER, 1968).

3. DINÂMICAS DOS HOMICÍDIOS NO NORDESTE

No último ano de acesso dos dados de violência homicida disponível no banco de dados do SIM/DATASUS, foram perpetrados 56.337 assassinatos no Brasil. A taxa por cem mil habitantes foi de 29. No Nordeste esse dado foi de 20.978 homicídios, ou seja, 37% das mortes por agressão de todo o país, com a taxa de 39 homicídios por cem mil habitantes. Os dados indicam crescimento linear e contínuo na maior parte dos estados nordestinos. Os impactos percentuais no comparativo 2000/2012 demonstram níveis elevados de crescimento, salvo Pernambuco que apresenta queda neste comparativo (cf. Tabela 1).

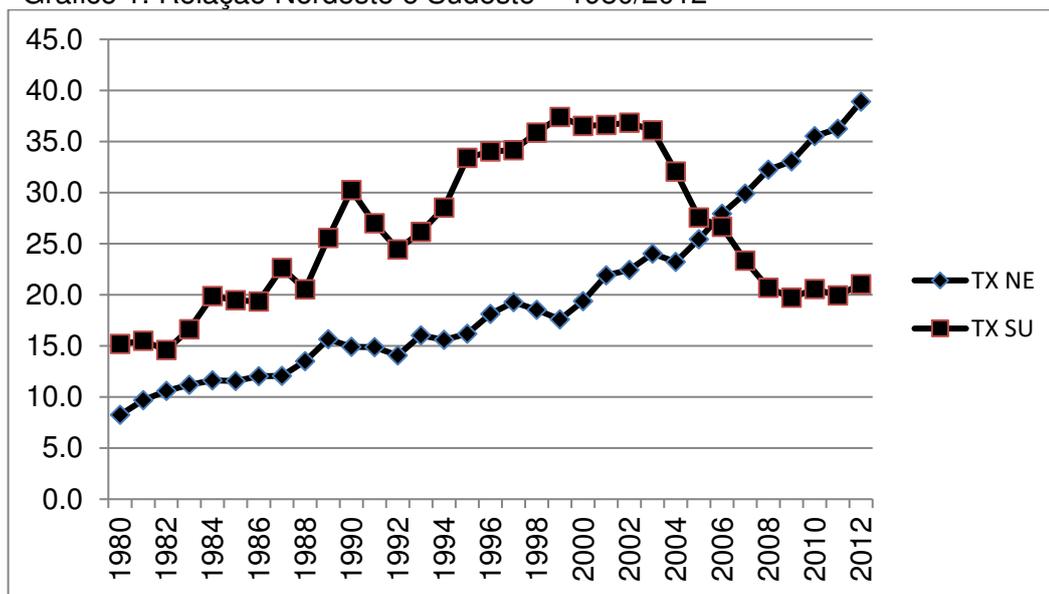
Tabela 1. Homicídios no Nordeste – Números absolutos (Nº ab.) – Populações (Pop.) – Taxas por cem mil (Tx) – cálculos percentuais diferenciais 2000/2012 (Dif. %)

Unidades	Nº ab. 2000	Pop. 2000	Tx 2000	Nº ab. 2012	Pop. 2012	Tx 2012	Dif. % Nºab.	Dif. % Tx
Nordeste	9245	47741711	19,36	20978	53907144	38,92	126,91%	101,03%
Maranhão	351	5651475	6,21	1775	6714314	26,44	405,70%	325,76%
Piauí	230	2843278	8,09	525	3160748	16,61	128,26%	105,32%
Ceará	1232	7430661	16,58	3841	8606005	44,63	211,77%	169,18%
Rio Grande do Norte	257	2776782	9,26	1123	3228198	34,79	336,96%	275,70%
Paraíba	507	3443825	14,72	1525	3815171	39,97	200,79%	171,54%
Pernambuco	4290	7918344	54,18	3326	8931028	37,24	-22,47%	-31,27%
Alagoas	727	2822621	25,76	2046	3165472	64,63	181,43%	150,89%
Sergipe	409	1784475	22,92	879	2110867	41,64	114,91%	81,68%
Bahia	1242	13070250	9,5	5938	14175341	41,89	378,10%	340,95%

Fonte: SIM/DATASUS. IBGE. Taxas e percentuais calculadas pelo autor.

O Maranhão demonstrou o maior nível de crescimento nos dados. O incremento percentual foi de 405,7% nos números absolutos, enquanto as taxas por cem mil apresentaram crescimento de 325,7%. Pernambuco, estado que implementou uma política de segurança baseada em gestão pública (NÓBREGA JR., 2014), foi o único a apresentar queda em suas taxas, com -22,4% nos números absolutos e de -31,2% nas taxas por cem mil.

Gráfico 1. Relação Nordeste e Sudeste – 1980/2012



Fonte: SIM/DATASUS. IBGE. Taxas do autor.

Verifica-se no gráfico acima que os homicídios no Nordeste cresceram de forma contínua desde o início dos anos oitenta, com destaque para a o início da década passada. O Sudeste, que foi mais violento até 2006, foi superado pelo Nordeste, hoje sendo a região mais violenta do país, inclusive em números absolutos de homicídios (NÓBREGA JR., 2014).

Utilizando a Paraíba como *proxy* para a região Nordeste, destaco as principais cidades em relação aos números absolutos de homicídios para traçar o perfil das vítimas de homicídio no Nordeste.

Tabela 2. Números, população e taxas de homicídios Paraíba - 2011 (João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita, Cabedelo e Bayeux).

Municípios	Nº ab. de homicídios	População	Taxa de hom.
João Pessoa	556	733155	75,84
Campina Grande	178	387644	45,92
Santa Rita	130	121166	107,29
Cabedelo	79	59104	133,66
Bayeux	64	100137	63,91
Total	1.007	1.401.206	71,86

Fonte: DATASUS/SIM/IBGE. Cálculo das taxas do autor.

Em 2011, foram perpetrados 1.624 assassinatos na Paraíba, dos quais 1.007, ou 62% dos homicídios do Estado, foram executados em João Pessoa, Campina Grande, Bayeux, Santa Rita e Cabedelo. Destacar que são 223 municípios que compõem a geografia do Estado.

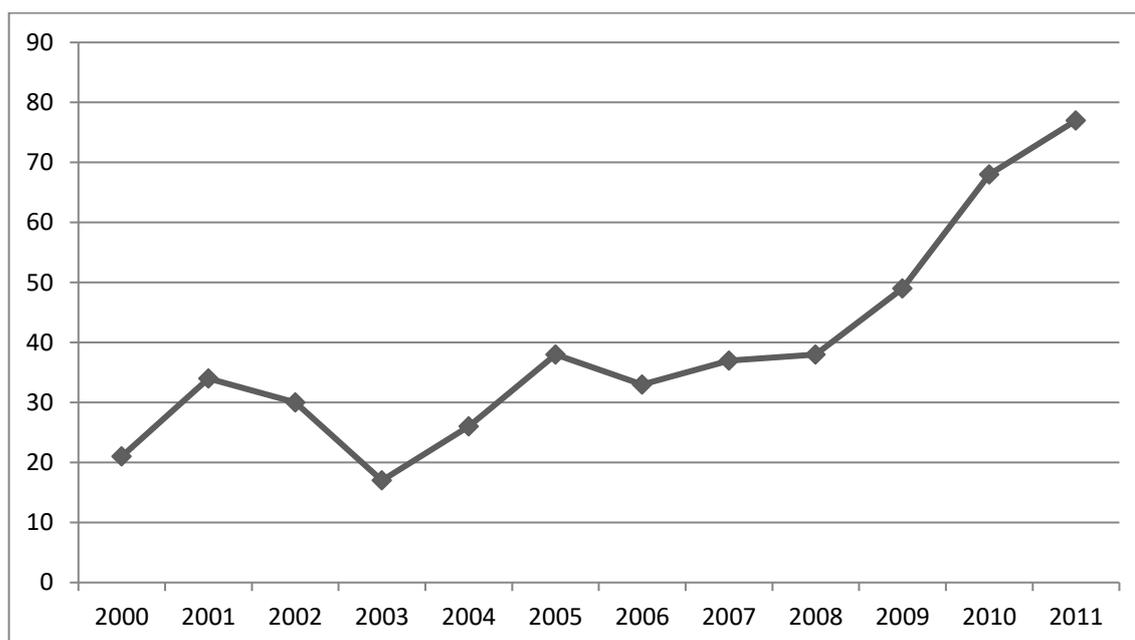
Tabela 3. População, Gênero, Homicídios e Taxas de Homicídios – somatório cinco cidades da Paraíba (João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita, Cabedelo e Bayeux) - 2011

População	Homicídios	Taxas por 100 mil
Masculino	Masculino	Masculino
660.291	930	140,8
Feminino	Feminino	Feminino
740.915	77	10,3
Total cinco municípios	Total cinco municípios	Total cinco municípios
1.401.206	1.007	71,86
Paraíba	Paraíba	Paraíba
3.791.315	1.614	42,5

Fonte: DATASUS/SIM/IBGE. Cálculo das taxas do autor.

A taxa por cem mil no somatório dos homicídios das cinco cidades é de 71,8, enquanto para todo o estado foi de 42,5. A taxa do sexo masculino foi de 140,8 e a feminina foi de 10,3 para as cinco cidades em destaque. O gráfico abaixo mostra o crescimento desse tipo de violência contra a mulher numa série histórica.

Gráfico 2. Taxas de homicídios femininos – 2000/2011 (João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita, Cabedelo e Bayeux).



Fonte: DATASUS/SIM/IBGE. Taxas calculadas pelo autor.

Para Soares *et alii* (2009), “a razão entre as taxas de homens e de mulheres não é constante e tende a aumentar *pari passu* com as taxas de homicídio na população total” (idem; 85). Em 70% dos casos de assassinatos a mulher é executada por alguém conhecido da vítima que tenha mantido algum tipo de relação com a mesma (Soares *et alii*, 2009).

A violência homicida vitima principalmente os jovens. Na Paraíba, o grupo mais vitimado em termos de taxas por cem mil foi o de 15 a 19 anos de idade. A taxa de 167,4/100 mil mostra bem a dimensão da variável juvenil em torno dessas mortes violentas. Em termos de números absolutos, os jovens entre 20 e 29 anos são os mais vitimados, com 431 óbitos dos mais de mil computados nas cinco cidades.

Tabela 4. Faixa etária, população, número e taxas de homicídios – 2011 (João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita, Cabedelo e Bayeux).

Faixa Etária	População	Número de Homicídios	Taxas para 100 mil hab.
10 a 14	118.404	16	13,51
15 a 19	123.612	207	167,46
20 a 29	267.962	431	160,84
30 a 39	225.443	217	96,25
40 a 49	186.729	78	41,77
50 a 59	125.458	37	29,49
60 a 69	78.268	10	12,78

Fonte: IBGE/DATASUS/SIM. Taxas calculadas pelo autor.

Dos 1007 assassinatos ocorridos nas cinco cidades, 921 (91,5%) vitimaram pessoas negras (soma de pardos e pretos). No início da década passada, as vítimas computavam menos de 300 óbitos.

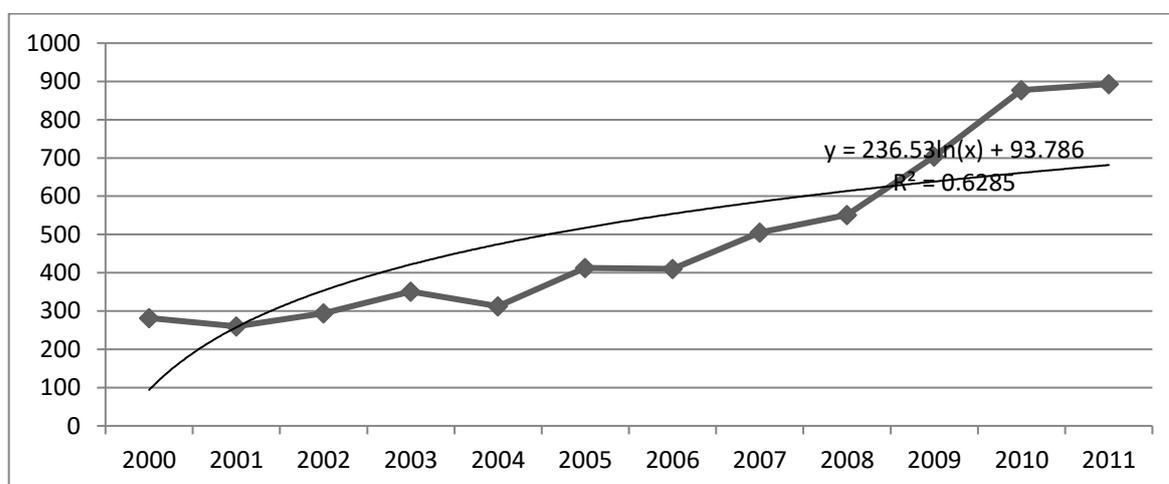
O crescimento dos assassinatos vitimou principalmente pessoas de cor negra. O nível de correlação entre a cor da pele negra e os níveis de homicídios é alta (R square = 0,62). Isto significa um nível de 62% de relação entre a cor negra e o crime de homicídio (cf. Gráfico 3).

Tabela 5. Cor da pele e números absolutos de homicídios – 2011 (João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita, Cabedelo e Bayeux).

Cor/raça	2011
TOTAL	1.007
Branca	28
Preta	28
Amarela	-
Parda	893
Indígena	-
Ignorado	58

Fonte: DATASUS/SIM.

Gráfico 3. Cor negra (pardos e pretos) e números de homicídios 2000-2011 (João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita, Cabedelo e Bayeux)



Fonte: DATASUS/SIM.

A escolaridade da vítima importa no cruzamento de dados com os homicídios. Apesar do número elevado de dados ignorados (667) quanto a esta variável, a maioria das vítimas tem entre um e três anos de escolaridade (cf. Tabela 6).

Tabela 6 - Nível de Escolaridade das vítimas de homicídios – 2011 (cinco cidades).

Escolaridade	2011
TOTAL	1.007
Nenhuma	35
1 a 3 anos	179
4 a 7 anos	96
8 a 11 anos	25
12 anos e mais	5
Ignorado	667

Fonte: DATASUS/SIM.

A relação entre arma de fogo e homicídios é muito alta. A média nacional foi de 70,4% das mortes por agressão em 2011. Conforme pode ser visto na Tabela 7, Paraíba e Alagoas são os estados onde mais a arma de fogo impactou nos homicídios da região, ambos com 85,4% de assassinatos perpetrados por arma de fogo.

Tabela 7. Homicídios e Arma de Fogo – Brasil (BR) - Nordeste (NE) – 2011.

BR/UF-NE	Arma de fogo	Sem arma de fogo
Brasil	70,4%	29,6%
Alagoas	85,4%	14,6%
Bahia	76,4%	23,6%
Ceará	74%	26%
Maranhão	59,7%	40,3%
Paraíba	85,4%	14,6%
Pernambuco	73,1%	26,9%
Piauí	57,3%	42,7%
Rio Grande do Norte	74,8%	25,2%
Sergipe	71,2%	28,8%

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (ANUÁRIO, 2013).

Podemos resumir a dinâmica dos homicídios no Nordeste com os pontos elencados abaixo:

1. Os homicídios crescem de forma linear e contínua desde 1980, com destaque a partir de 2000, onde, no comparativo 2000-2012, houve um impacto de 126,9% nos números absolutos de homicídios e 101% nas taxas por cem mil habitantes;
2. A taxa de homicídios por cem mil habitantes da região Nordeste foi de 19,3/100 mil em 2000, com 9.245 assassinatos perpetrados naquele ano. Em 2012, saltou para 38,9/100 mil, com 20.978 assassinatos;
3. Pernambuco foi o único estado da região Nordeste a apresentar redução em seus indicadores de homicídios. Entre 2000 e 2012 a redução nas taxas por cem mil habitantes foi de -31,2% e nos números absolutos foi de -22,4%;
4. Na relação comparativa Sudeste vs. Nordeste, os números mostraram momento de inflexão entre as duas regiões no ano de 2006. A partir deste ano, o Nordeste ultrapassou os dados do Sudeste, até então a região mais violenta do Brasil. Em 2012 (de uma série temporal que tem início em 1980), a taxa por cem mil da região Nordeste foi praticamente o dobro da encontrada no Sudeste. Este com 20/100 mil de taxa e o Nordeste com 38,9/100 mil;
5. Utilizando a Paraíba como referência para o Nordeste, destaquei as cinco cidades mais violentas para analisar o cruzamento entre os homicídios e algumas variáveis independentes consideradas clássicas pela literatura que estuda o fenômeno. Os principais resultados, de certa forma, encaixam-se com o perfil encontrado em outros trabalhos (SOARES, 2008):
 - 5.1 João Pessoa e Campina Grande, com 556 e 178 assassinatos respectivamente, são as cidades mais violentas da Paraíba em números absolutos de homicídios;
 - 5.2 Cabedelo e Santa Rita, ambas parte da região metropolitana, são as mais violentas em taxas por cem mil habitantes, com 133,6/100 mil e 107,29/100 mil, respectivamente;
 - 5.3 O sexo masculino foi vitimado em 930 dos 1.007 homicídios computados para as cinco cidades paraibanas. Ou seja, 92% dos casos de assassinatos tiveram como vítimas homens;

5.4 Os números absolutos de homicídios do sexo feminino cresceram, saltando de pouco mais de 20 assassinatos em 2000 para 77 em 2012, ou seja, 250% de crescimento no comparativo 2000/2012;

5.5 A faixa etária mais vitimada em números absolutos foi a de 20 a 29 anos e, em taxas por cem mil, a de 15 a 19 anos foi a mais vitimada. Enquanto a taxa no somatório das cinco cidades foi de 71,8/100 mil, a dos jovens entre 15 e 19 anos foi de 167,4/100 mil;

5.6 91,5% das vítimas de homicídios nas cinco cidades paraibanas eram negras;

5.7 A maior parte das vítimas de homicídios apresentou baixo nível de escolaridade, com destaque para a faixa entre um e três anos de estudo (53% dos números registrados por esta variável);

5.8 85,4% dos assassinatos foram cometidos por arma de fogo na Paraíba.

Desenhado a dinâmica dos homicídios no Nordeste, buscamos agora alguns nexos causais que possam explicar, ou não, a crescente desses dados. Os testes da próxima seção acompanham a literatura da criminologia baseada na Escolha Racional (BECKER, 1968; CERQUEIRA, 2010). Ou seja, os nexos causais buscam relações entre variáveis socioeconômicas que testem desigualdade e pobreza com os níveis de violência no Nordeste e como as instituições coercitivas (aparato de segurança pública estatal) se relacionam com a violência homicida. O intuito é perpassar análises meramente ideológicas que vinculem a ideia que a pobreza e a desigualdade, por si só, expliquem a dinâmica da violência que acabamos de descrever e que o estado como monopólio da força não é uma mera ilusão em defesa de interesses burgueses (SAPORI e SOARES, 2014).

3.1 Nexos causais dos homicídios no Nordeste

No intuito de ser claro metodologicamente, separarei esta seção em duas subseções de acordo com os pontos abaixo:

- 1º: relações socioeconômicas. Extrema pobreza, analfabetismo, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Produto Interno Bruto (PIB) e Gini¹⁴;
- 2º: relações com as instituições: efetivo policial e prisões¹⁵;

¹⁴ Cinco variáveis independentes.

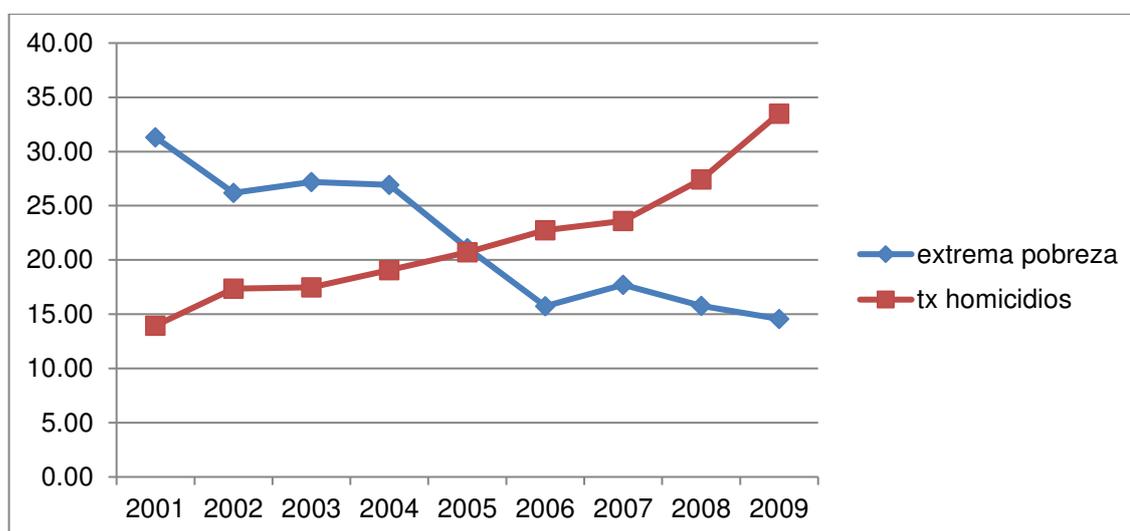
¹⁵ Objetivo central: testar o nível de dissuasão policial/institucional.

Verificar-se-á os níveis de correlação, associação ou causalidade com as variáveis independentes acima destacadas. Tais variáveis foram regularmente levantadas pela literatura (SAPORI e SOARES, 2014; CERQUEIRA, 2010).

3.1.1. As relações entre homicídios e variáveis socioeconômicas

A primeira variável independente socioeconômica a ser testada é a extrema pobreza e sua relação com os homicídios na Paraíba. Num simples cruzamento de dados, numa série histórica de 2001 a 2009, verificamos, no gráfico abaixo, os indicadores de extrema pobreza em relação à população de 15 a 24 anos com os dados de homicídios em termos de taxas por cem mil habitantes.

Gráfico 4. Percentual de extrema pobreza 15-24 vs. Taxas de homicídios – Paraíba – 2001-2009.



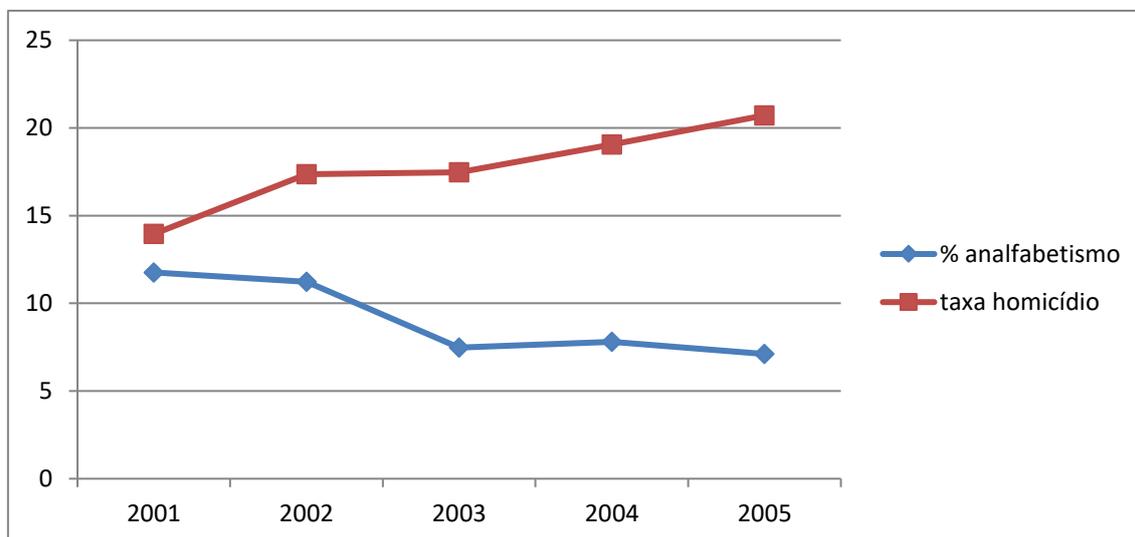
Fonte: IBGE/DATASUS/SIM. Cálculo das taxas de homicídios do autor.

Percebe-se relação inversa entre as linhas do gráfico acima. Os homicídios crescem, não obstante a extrema pobreza regride em termos percentuais em sua população jovem ativa. Os dados de homicídios absolutos na Paraíba saltaram de 484 assassinatos em 2001 para 1.263 em 2009, com crescimento percentual de 161%. A extrema pobreza diminuiu em -54% no mesmo período, caindo de 33% de pessoas em extrema pobreza em 2001 para menos de 15% em 2009.

Outra variável independente de pobreza a ser testada é o nível de analfabetismo e sua relação com a violência homicida. A série histórica curta, de 2001 a 2005, não é a mais adequada, mas pode ser útil em termos teóricos. Há na literatura sociológica, trabalhos que endossam forte relação entre desigualdade e pobreza com a violência (NÓBREGA JR., ZAVERUCHA e ROCHA, 2009). O nível de analfabetismo

aparece como variável importante de pobreza. Lugares pobres apresentam altos níveis de pessoas analfabetas. Estaria na estrutura social da pobreza e da desigualdade social a causa da violência? O teste estatístico abaixo nos faz refutar tal pensamento em relação à Paraíba.

Gráfico 5. Analfabetismo vs. Taxas de homicídios – Paraíba – 2001-2005.



Fontes: IBGE/IPEADATA/DATASUS/SIM. Cálculo das taxas por cem mil do autor. O nível de analfabetismo está em %.

O percentual de analfabetismo segue caminho oposto às taxas de homicídios. Apesar das vítimas de menor nível de escolaridade representarem a maioria nos assassinatos, a diminuição do analfabetismo não tem relação com a queda da violência homicida. Num período curto, de 2001 a 2005, o analfabetismo caiu de 12% para 7%. Mas, os homicídios cresceram de 17/100 mil para 21/100 mil, 23,5% de crescimento da violência homicida.

O desempenho da economia numa realidade de queda da desigualdade e da pobreza potencializa a qualidade de vida das pessoas. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹⁶ na Paraíba saltou de 0,382 em 1991, para 0,658 em 2010, segundo os dados do PNUD¹⁷, saindo de um patamar muito baixo de desenvolvimento para médio. Este crescimento foi de 72,2%, impactando na melhoria da qualidade de vida

¹⁶ “O IDH reúne três dos requisitos mais importantes para a expansão das liberdades das pessoas: a oportunidade de se levar uma vida longa e saudável – saúde –, ter acesso ao conhecimento – educação – e poder desfrutar de um padrão de vida digno – renda” (PNUD, 2013: p.24).

¹⁷ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013). O IDH de 0,382 demonstra um nível muito baixo de desenvolvimento em 1991. Já o dado de 0,658 demonstra um nível médio de desenvolvimento.

dos paraibanos. Mas, a violência não retrucou. Neste mesmo período, as taxas de homicídios da Paraíba tiveram um crescimento na ordem de 208,8%, saltando de 12,5 homicídios/100 mil habitantes em 1991, para 38,6/100 mil em 2010. Paradoxo que parece se alastrar em todo o Nordeste (cf. Quadro 1).

Quadro 1. Índice de Desenvolvimento Humano vs. Taxas de Homicídios – Paraíba 1991-2000-2010.

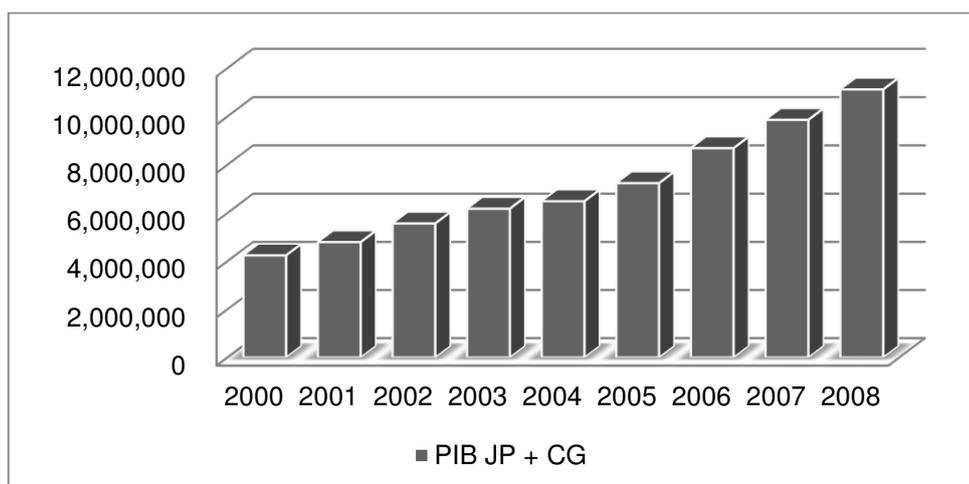
Paraíba	IDH	TX HOM
1991	0,382	12,5
2000	0,506	14,7
2010	0,658	38,6
%	72%	208,80%

Fontes: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. SIM/DATASUS. Taxas calculadas pelo autor com base na estimativa populacional do IBGE.

Nas cidades de Campina Grande e João Pessoa, principais municípios paraibanos, o PIB¹⁸ foi crescente entre os anos 2000 e 2008, com crescimento de 162%. Para o mesmo período, os homicídios nessas duas cidades continuaram crescendo. Foram 54% de crescimento dos homicídios na mesma série histórica. Segundo Cerqueira (2010), a melhoria da qualidade de vida com desconcentração da renda no Nordeste foi motivo para o aumento da criminalidade, principalmente aquela ligada ao tráfico de drogas. Percebe-se, no caso dessas duas cidades paraibanas, relação inversa entre os dados, ou seja, melhor desempenho da economia com crescimento dos homicídios (cf. Gráficos 6 e 7).

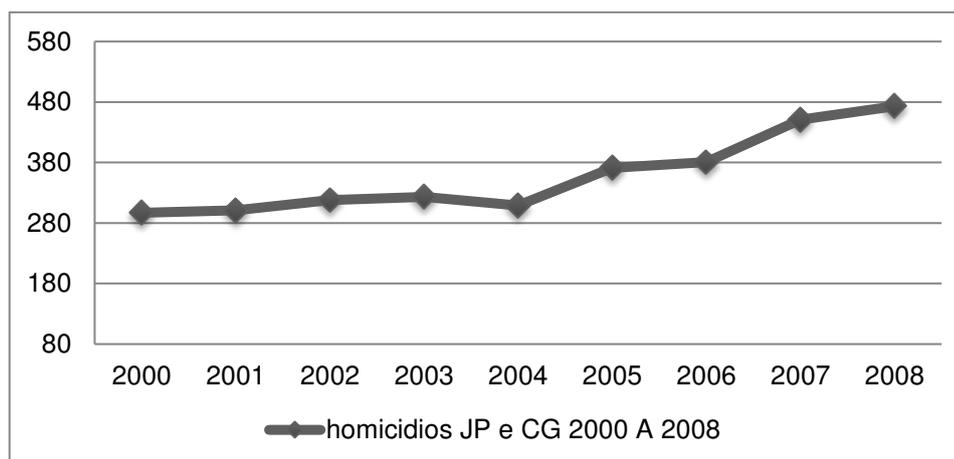
¹⁸ Produto Interno Bruto, variável *proxy* para medir o desempenho da economia.

Gráfico 6. PIB João Pessoa e Campina Grande – 2000/2008.



Fonte: IBGE.

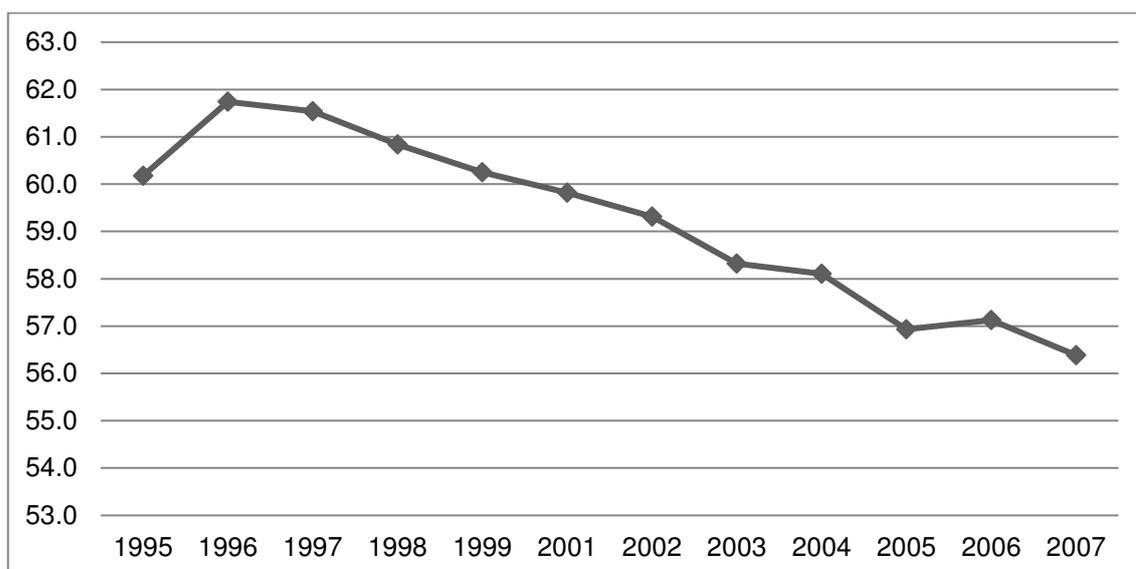
Gráfico 7. Homicídios em João Pessoa e Campina Grande – 2000/2008.



Fonte: DATASUS/SIM.

Outro indicador importante que mensura desigualdade de renda é o Gini. No Nordeste, este indicador mostrou importante redução entre 1995 e 2007. Este índice varia entre 0 e 1, quanto mais perto de 1 mais concentrada é a renda, quanto mais perto de zero, maior a igualdade social da renda. O que vemos no gráfico abaixo é uma curva descendente de .62 a .57 no período destacado, o que não foi refletido nos homicídios (ver Tabela 1). Houve desconcentração da renda com crescimento dos homicídios.

Gráfico 9. Índice de Gini Região Nordeste – 1995-2007.



Fonte: Microdados da Pnad – Pesquisa Nacional Por Amostra Domiciliar (IBGE).

O resultado da análise dos dados mostra que os indicadores clássicos para medir desigualdade social e pobreza apresentaram melhoria no Nordeste, o que não ocorreu com a violência que continuou na ascendente. Cerqueira *et al* (2014) afirma que a melhoria da condição de renda/social do povo nordestino não veio acompanhada de mais segurança. Pelo contrário, num ambiente de maior poder aquisitivo da população em geral, sem o acompanhamento da melhoria do aparato de segurança pública, resultou em mais crimes, pois a fragilidade encontrada nas instituições estatais de segurança apresentou-se como estímulo à prática delituosa (DUARTE, 2011; BECKER, 1968). Num quadro de melhoria socioeconômica, como as instituições se comportaram no Nordeste? Veremos a resposta a esta pergunta nos testes das variáveis institucionais.

3.1.2. As relações entre homicídios e variáveis institucionais

Muitos autores já afirmaram a importância das instituições coercitivas e sua condução sob políticas públicas bem coordenadas do ponto de vista de sua aplicação, na sua relação com o controle dos homicídios (KHAN e ZANETIC, 2009; ACERO VELASQUES, 2006; MOCAN, 2003; TORRES, 2007; FERREIRA ET AL, 2009; NÓBREGA JR., 2011, 2012 e 2014; SAPORI, 2008; SOARES, 2008; SAPORI e SOARES, 2014). A literatura acerta nesta afirmação, mas algumas variáveis

independentes de caráter institucional precisam ser testadas para a condução adequada das políticas públicas de segurança.

Nesta seção testarei duas variáveis institucionais para as políticas públicas de segurança e que foram unânimes nas experiências bem sucedidas no controle da violência e do crime no nível nacional e internacional, elas: o efetivo policial e as prisões (NÓBREGA JR. 2014; SAPORI e SOARES, 2014).

Hipótese institucional nº 1: Há relação/associação entre o efetivo policial e a queda dos homicídios.

Tabela 8. Relação dos homicídios com o efetivo policial (PMs).

UF	PM 2003	PM 2012	Dif. %	Hom. 2003	Hom. 2012	Dif. %
Alagoas	8.047	7.294	-9,36%	1039	2046	96,92%
Bahia	27.614	31.444	13,87%	2164	5938	174,40%
Ceará	12.636	14.181	12,23%	1562	3841	145,90%
Maranhão	7.148	7.329	2,53%	792	1775	124,12%
Paraíba	8.253	9.536	15,55%	615	1525	147,97%
Pernambuco	18.927	18.740	-0,99%	4517	3326	-26,37%
Piauí	5.768	5.831	1,09%	298	525	76,17%
R. G. do Norte	10.000	7926 *	-20,74%	405	1123	177,28%
Sergipe	5.067	4.860	-4,09%	469	879	87,42%

Fonte: Ministério da Justiça/SENASP. Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública. IBGE. Dados de Sergipe para 2012 foram substituídos por 2007 por falta de dados disponíveis para este ano.

Observando a tabela acima, se percebe claramente que os homicídios seguiram na ascendente independentemente do crescimento ou decréscimo do efetivo policial militar. Por exemplo, a Paraíba teve um crescimento percentual de 148% nos homicídios no período 2003-2012. Já no que tange ao efetivo policial, os dados mostram crescimento de 15,5% em mais policiais militares. Pernambuco teve pequeno decréscimo no seu efetivo (-1%) no mesmo período, mas reduziu em -26,37% os seus homicídios. Isso nos faz refletir sobre a inteligência e o planejamento

policial tão defendido pelos especialistas. Diminuir o déficit sem um plano de segurança parece pouco ou nada eficaz (NÓBREGA JR., 2014).

Tabela 9. Relação dos homicídios com o efetivo policial (Polícia Civil-PC) [2003-2012].

UF	PC 2003	PC 2012	Dif. %	Hom. 2003	Hom. 2012	Dif. %
Alagoas	2.247	1.926	-14,29%	1039	2046	96,92%
Bahia	5.783	5.716	-1,16%	2164	5938	174,40%
Ceará	1.971	1.911	-3,04%	1562	3841	145,90%
Maranhão	1.487	2.124	42,84%	792	1775	124,12%
Paraíba	1.191	1.865	56,59%	615	1525	147,97%
Pernambuco	4.418	5.645	27,77%	4517	3326	-26,37%
Piauí	1.198	1.369	14,27%	298	525	76,17%
R. G. Norte	2.424	1.468	-39,44%	405	1123	177,28%
Sergipe	1.124	1.336	18,86%	469	879	87,42%

Fonte: Ministério da Justiça/SENASP. Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública. IBGE.

Sabe-se que sem uma boa investigação os crimes não têm solução (KHAN, 2008). Com o déficit de policiais civis, o trabalho no controle dos homicídios pode ser prejudicado. Mas, a hipótese a ser testada aqui é se a relação entre efetivo de policiais civis e o nível de homicídios perpetrados tem força explicativa. Podemos observar na tabela acima que Alagoas foi prejudicado com a redução no seu quadro em -14,2% de policiais civis entre 2003 e 2012 e o aumento da criminalidade homicida chegou a 97%. Pernambuco acresceu seu quantitativo de policiais civis em 27,7% e foi o único estado do Nordeste a apresentar redução em seus índices de homicídios.

De outro lado, o Maranhão – estado que sofreu o maior impacto de crescimento percentual de homicídios entre 2000 e 2012 (cf. Tabela 1) – foi o estado do Nordeste que teve o maior crescimento do seu efetivo policial civil. Foram 42,8% a mais de

policiais civis entre 2003 e 2012. Mesmo assim, os homicídios cresceram 124% neste período. Ou seja, não foi efetiva a diminuição do déficit.

Outra possibilidade que podemos testar é a quantidade de policiais em relação à população. Apesar de a discussão ser polêmica e não haver um estudo mais sistematizado sobre este assunto, as Nações Unidas colocam um limiar de 250 policiais por cada grupo de cem mil habitantes como o ideal. Observando a tabela abaixo, temos o somatório de policiais militares e civis e o cálculo de suas taxas por cem mil habitantes nas populações dos estados nordestinos.

Tabela 10. Efetivos policiais (PO = PMs + PCs) e suas taxas na população – Estados Nordestinos (2003-2012).

UF	PO 2003	População	Taxa 3	PO 2012	População	Taxa 12
Alagoas	10.294	2917678	352,8148	9.220	3.143.384	293,3145
Bahia	33.397	13440544	248,4795	37.160	14.097.534	263,5922
Ceará	14.607	7758437	188,2725	16.092	8.530.155	188,6484
Maranhão	8.635	5873646	147,0126	9.453	6.645.761	142,241
Paraíba	9.444	3518607	268,4017	11.401	3.791.315	300,7136
Pernambuco	23.345	8161828	286,0266	24.385	8.864.906	275,0734
Piauí	6.966	2923695	238,2601	7.200	3.140.328	229,2754
R. G. Norte	12.424	2888087	430,1809	9.394	3.198.657	293,6858
Sergipe	6.191	1874597	330,2577	6.196	2.089.819	296,485

Fonte: Ministério da Justiça/SENASP. Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública. IBGE. Cálculos das taxas do autor.

À exceção de Ceará, Maranhão e Piauí, todos os outros estados do Nordeste têm mais de 250/100 mil (policiais/população). A Paraíba chega a ter mais de 300 policiais para cada grupo de 100 mil habitantes. Observamos que a hipótese do efetivo policial e sua relação com os homicídios não se sustenta ao teste mais simples da estatística descritiva. Ou seja, é fundamental diminuir o déficit policial – coisa que os governos já vêm fazendo na maioria dos estados nordestinos -, contudo, sem planejamento, quantidade não reflete na qualidade do trabalho do policial. A hipótese

do crescimento/decrécimo do efetivo policial se mostra falha no controle dos homicídios sem o devido planejamento estratégico da política pública de segurança.

Outra variável institucional colocada pelos especialistas como importante é o quantitativo de prisões de homicidas¹⁹. Ou seja, prender homicidas é importante para o controle dos homicídios em curto espaço de tempo (hipótese institucional de nº2). Vamos testar esta hipótese com as variáveis independentes Prisões por Homicídio Simples, Prisões por Homicídio Qualificado, Prisões por Latrocínio, Prisões por CVLI (Crime Violento Letal Intencional) e Prisões Totais (soma de todos os tipos penais), com dados resgatados do Infopen²⁰. Utilizei os dados de Pernambuco para o teste desta hipótese.

Tabela 11. Crime Violento Letal Intencional, Prisões Totais (PRI TOT), Prisões por Homicídio Qualificado (HQ), Prisões por Homicídio Simples (HS), Prisões por Latrocínio (LAT) e Prisões por CVLI (soma dos homicídios dolosos e Latrocínio) – Pernambuco. (2006-2011).

Série hist.	CVLI	Prisões Totais	Prisões por HQ	Prisões por HS	Prisões por LAT	Prisões por CVLI
2006	4470	15.778	1.071	407	672	2150
2007	4556	18.836	2869	1709	600	5178
2008	4345	19.808	2941	1956	647	5544

Fonte: DEPEN/Infopen. Cálculos percentuais do autor.

Observa-se na tabela acima que as prisões cresceram muito no período 2006-2008. Sabe-se que Pernambuco implementou, a partir de 2007, um programa específico de segurança pública, o Pacto Pela Vida (PPV). Uma das metas do programa foi justamente aumentar a quantidade de prisões como variável fundamental para a redução dos homicídios²¹ (NÓBREGA JR., 2014).

¹⁹ A precariedade do sistema prisional é algo bastante difundido pela imprensa e se apresenta como um dos principais gargalos da segurança pública brasileira. Todavia, não podemos pegar o discurso da “falência” do sistema carcerário para negligenciar a punição como mecanismo dissuasivo do estado. Numa realidade de altos níveis de assassinatos, prender se mostra fundamental, principalmente em crimes de homicídio qualificado. O que ocorre hoje no país é que, a incerteza da punição leva os atores sociais potenciais homicidas contumazes a praticarem mais este tipo de crime (SAPORI e SOARES, 2014).

²⁰ Banco de Dados do Departamento Penitenciário Nacional.

²¹ A principal meta do PPV era diminuir os homicídios em -12% ao ano (NÓBREGA JR., 2012 e 2014).

As prisões totais tiveram crescimento de 64% no período 2006-2011. Saltaram de 15.778 para 25.850. As prisões por Homicídio Qualificado (PRI HQ), Homicídio Simples (PRI HS) e CVLI (PRI CVLI) tiveram crescimento de 111%, 851% e 208%, respectivamente. Já as prisões por latrocínio foram reduzidas em -22%. Os homicídios no período foram reduzidos em -22,4%. Quais das variáveis independentes foram mais importantes para essa redução? Um teste de correlação nos ajudará a responder esta questão.

Tabela 12. Modelo de Correlação de Pearson – Variável dependente CVLI – Variáveis independentes Prisões Totais, Prisões por Homicídio Qualificado, Prisões por Homicídio Simples, Prisões por Latrocínio e Prisões de CVLI (soma de Prisões Totais, por Homicídio Qualificado, por Homicídio Simples e por Latrocínio).

Variável controle CVLI/homicídios	Prisões totais	Prisões por Homicídio Qualificado	Prisões por Homicídio Simples	Prisões por Latrocínio	Prisões de CVLI
Correlation	0,387	0,652	-0,532	0,037	0,047
Significance (2-tailed)	0,613	0,348	0,468	0,963	0,953
Df	2	2	2	2	2

Fontes: InfoPen | SIM. Modelo do autor.

Observando o teste bivariado na relação homicídios (CVLI) vs. Prisões o resultado é o seguinte: 1. As prisões por latrocínio e CVLI se mostraram com baixa associação em relação à queda dos homicídios (0,037 e 0,047, respectivamente); 2. As prisões por homicídio qualificado e homicídio simples se mostraram mais associadas à redução dos homicídios (0,652 e -0,532, respectivamente); 3. As prisões por todos os tipos penais chegaram a ter associação, mas em menor grau que as prisões por tipo penal em separado (0,387).

Este teste mostra maior nível de correlação CVLI x PRI TOT, com 0,613 no teste de significância. Apesar do menor nível de significância estatística neste teste, as prisões por homicídio qualificado e homicídio simples se mostraram mais relevantes no nível de associação.

O resultado do modelo reforça a hipótese da prisão ser ponto importante para o controle dos homicídios. Mas, prisões em cima de homicidas seriam mais relevantes

do ponto de vista do controle social da violência. De outro lado, as superlotações e a falta de estrutura dos presídios brasileiros afetam drasticamente a qualidade do trabalho policial, pois a situação de penúria pela qual passa o sistema carcerário nacional pode levar a verdadeiras explosões de violência dentro do sistema.

De toda a forma, a tomada de decisão do gestor público da segurança em Pernambuco surtiu efeito dissuasivo importante para a redução/controle dos homicídios naquele estado, o que impactou significativamente na redução da criminalidade. No Brasil, a parca investigação dos homicídios com o fluxo criminal mostrando baixo impacto de elucidação (SAPORI e SOARES, 2014). O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2014 revelou o dado da população carcerária brasileira, onde apenas 12% daqueles que cumprem pena são homicidas. Isto demonstra o baixo nível de prisões de criminosos que, apesar de poucos, são responsáveis por muitas mortes.

Nos testes implementados aqui, poucas variáveis tiveram força explicativa em suas relações/níveis de associação com o crime de homicídio. Apenas as prisões específicas tiveram impacto significativo. A pobreza e a desigualdade são importantes, mas não determinam a violência homicida como muitos pensavam (SAPORI e SOARES, 2014). O crime violento tem múltiplas causalidades e precisam ser entendidas em sua dinâmica para o seu efetivo controle que não se dá sem políticas públicas de segurança efetivas e eficazes. Essa é minha tese aqui defendida.

4. OS DESAFIOS DO GESTOR PÚBLICO DA SEGURANÇA

Os desafios encontrados pela democracia brasileira na segurança de seus cidadãos são vários e de difícil solução. Passados trinta anos de redemocratização, o Brasil não superou algumas características do regime autoritário. As polícias são um problema sério e com vários óbices formais e informais a serem superados (ZAVERUCHA, 2005). Por outro lado, a fé democrática na solução dos conflitos sociais sem derramamento de sangue não foi o suficiente. Os conflitos violentos e a criminalidade cresceram no período democrático. A instalação da democracia representativa sem um estado democrático de direito que a sustentasse se mostrou frágil para o controle da violência e do crime.

Falta uma agenda nacional para a área da Segurança Pública. Verificamos lacunas neste sentido e a Senasp (Secretaria Nacional de Segurança Pública), ligada ao Ministério da Justiça, apesar de várias tentativas de seguir uma linha nacional na política de segurança pública, bem como as investidas dos Fóruns Nacionais de Segurança Pública, que já foram bastante realizados, efetivamente não consegue implantar uma política capaz de suprir as diversas necessidades e idiosincrasias dos vários estados da federação.

Os obstáculos institucionais e políticos para mudanças consistentes no âmbito estrutural das instituições coercitivas são vários, mas a introdução de políticas públicas eficazes sem grandes mudanças estruturais é possível (SAPORI, 2007). Dentro dessa perspectiva, São Paulo e Pernambuco mostraram que ações estratégicas do seu aparato institucional de segurança foram balizadas em planejamento e objetivos claros em cima de resultados possíveis de serem alcançados. Tudo isso sem mudanças estruturais nas suas instituições policiais, mas mudanças do ponto de vista operacional, ou seja, de seu desenho institucional (NÓBREGA JR., 2012 e 2014; SAPORI e SOARES, 2014).

Os desafios para a gestão pública da segurança no país são muitos, mas questões ligadas à reforma das polícias são pontos que não podem deixar de pautar a nova gestão pública. Impedimentos constitucionais e/ou legais estão na raiz do problema do mau funcionamento de nossas polícias. Precisa-se, urgentemente, de uma nova roupagem constitucional e de leis ordinárias que regulem as suas funções. Militarismo e ineficiência estão na base desses problemas (NÓBREGA JR., 2010b).

Não obstante, todo avanço encontrado nas políticas públicas brasileiras, e em alguns casos na segurança pública, esta aparece ainda como uma área tabu para muitos gestores públicos e políticos. Os dados indicam que o nosso sistema de segurança é ineficiente, paga mal aos policiais e convive com padrões operacionais obsoletos, com baixas taxas de esclarecimentos de crimes e precárias, quando não desumanas, condições de encarceramento²². Com raríssimas exceções, não conseguimos oferecer serviços de qualidade em segurança pública. Por isso, não se reduz a insegurança e o reflexo é o crescimento da desconfiança da população em suas instituições.

De outro lado, no plano da gestão, várias tentativas de melhorar o serviço público de segurança já foram implantadas (SAPORI, 2007; SOARES, 2008;

²² Há déficit de mais de 200 mil vagas no sistema penitenciário brasileiro. Rebeliões e cenas de barbárie fazem parte do cotidiano e é um dos principais, senão o principal problema da segurança pública brasileira.

NÓBREGA JR., 2014). A introdução de sistemas de informação, integração das polícias, modernização da tecnologia das instituições coercitivas, mudanças na formação policial com a introdução de disciplinas humanísticas e de análise de gestão nas grades curriculares de formação das polícias deve ser estimulado. Além da institucionalização do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, documento produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), que passou a gerir informações importantes da estatística criminal brasileira.

O fato de existir uma série de impedimentos políticos para o avanço institucional do aparato de segurança ao nível do estado democrático de direito aparece como sério obstáculo à diminuição da violência no Brasil. Os artigos constitucionais referentes à Segurança Pública não superaram o passado autoritário, contribuindo para uma condição estanque ao avanço da democracia brasileira. Lima e Bueno asseveram neste sentido:

Isso significa que resultados de longo prazo só poderão ser obtidos mediante reformas estruturais que enfrentem alguns temas sensíveis, tais como: a distribuição e a articulação de competências entre União, Estados e Municípios e a criação de mecanismos efetivos de cooperação entre eles e demais poderes; a reforma do modelo policial estabelecido pela Constituição; e o estabelecimento de requisitos mínimos nacionais para as instituições de segurança pública no que diz respeito à formação dos profissionais, transparência e prestação de contas, uso de força e controle externo (ANUÁRIO, 2013: 6).

Um desafio importante, além do controle da criminalidade e da reforma policial, é diminuir o fosso de desconfiança entre a comunidade e as Polícias. Dados da pesquisa Índice de Confiança na Justiça Brasileira (ICJBrasil)²³ demonstrou o percentual da população que não confia nas polícias que foi de 70,1% em 2013, com um aumento de 14% na relação 2012/2013. As polícias ficaram atrás dos políticos como mal avaliados (o percentual de desconfiança nos políticos foi ainda maior, 95,1%). Dados que mostram total menosprezo pelas instituições representativas e coercitivas. Comparando tais dados aos encontrados nos EUA, por exemplo, apenas 12% da população americana não confiam em suas polícias.

5. CONCLUSÃO

A análise aqui empreendida nos mostra como os dados estatísticos são importantes para subsidiar as políticas públicas de segurança. A análise da dinâmica

²³ Pesquisa produzida pela Escola de Direito de São Paulo – Fundação Getúlio Vargas (FGV).

dos homicídios no Nordeste, bem como seus nexos causais, é fundamental para o operador/gestor público da área da Segurança Pública. Os resultados da dinâmica trazem pontos que convergem com a literatura, mas no quesito nexo causal algumas contradições podem ser apontadas em relação a esta mesma literatura.

Em muitos contextos sociais, a violência é gerada pela desigualdade social e de renda. No caso do Nordeste dos últimos dez anos, o que vemos é o inverso. Apesar da dinâmica da violência homicida ser parecida em diversos contextos, ou seja, a vítima de homicídio é majoritariamente jovem, do sexo masculino, de baixo nível de renda e escolaridade e negra, as relações socioeconômicas e institucionais podem trazer resultados diferenciados.

No caso da Paraíba, a melhoria das condições socioeconômicas não foi suficiente para o arrefecimento da criminalidade. Pelo contrário, o que vimos foi o crescimento da violência homicida que chegou a um patamar epidemiológico dentro das suas principais cidades. João Pessoa e Campina Grande são as mais populosas, as que possuem o maior e melhor desempenho da economia, principais colégios eleitorais, mas são, também, as que apresentam o maior número de homicídios do Estado (NÓBREGA JR e ZAVERUCHA, 2013).

Riqueza e pobreza não tem relação com a violência homicida no Nordeste, ou pouco influencia num ambiente onde o estado de direito e as instituições coercitivas não se fazem efetivas/eficazes. O efetivo policial da Paraíba é compatível com o tamanho de sua população, mas a criminalidade e a violência não diminuem.

Pernambuco é o único estado nordestino a apresentar redução de homicídios. O seu efetivo policial é menor proporcionalmente à população que o da Paraíba. No entanto, os homicídios vêm diminuindo desde o início do implemento da política pública de segurança chamada Pacto Pela Vida, em 2007. Os dados apresentados mostram redução que superam os 30% nas taxas por cem mil habitantes em cinco anos. As prisões qualificadas foram fundamentais neste controle, respondendo ao que o tomador de decisão da política pública de segurança de Pernambuco estipulou como uma das ações institucionais (NÓBREGA JR., 2014).

Os modelos nacionais e internacionais apontam para a importância das políticas públicas de segurança como sendo fator decisivo no controle da violência e do crime (SOARES, 2008; SAPORI e SOARES, 2014). Este artigo pode servir de subsídio para a tomada de decisão dos gestores públicos nordestinos em sua meta em diminuir o crime de homicídio.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACERO VELÁSQUEZ, Hugo (2006), **Os Governos Locais e a Segurança Cidadã**.

Texto desenvolvido como consultor do PNUD.

BECKER, Gary (1968), Crime and Punishment: An Economic Approach. The Journal of Political Economy, Vol. 76, No.2 (Mar. - Apr., 1968), 169-217.

CERQUEIRA, Daniel (2010), **Causas e Consequências do Crime no Brasil**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 168 f. Departamento de Economia, 2010.

CERQUEIRA, Daniel; PERES, Maria Fernanda T.; LIMA, Renato S. (2014), **Defendendo mais paz, segurança e justiça na Agenda Pós-2015 da ONU**. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014.

DUARTE, Alessandra (2011), **Nordeste não está preparado para aumento da criminalidade**. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/nordeste-nao-esta-preparado-para-aumento-da-criminalidade-3449750#ixzz3JcYVrWpS>

FERREIRA, Sinésio P., LIMA, Renato S. e BESSA, Vagner (2009), **Criminalidade Violenta e Homicídios em São Paulo: Fatores Explicativos e Movimentos Recentes**. *Coleção Segurança com Cidadania*, Ano 1, Nº 3, Homicídios: Políticas de Controle e Prevenção no Brasil. ISSN 1984-7025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (2013). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (2014). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo.

KAHN, Tulio (2008), Dados apresentados no Encontro: **Criminalidade Violenta e Homicídios em São Paulo** – Fatores Explicativos e Movimentos Recentes, realizado pela Escola de Direito de São Paulo, Edesp/FGV, São Paulo, 21 de agosto de 2008.

KAHN, Tulio e ZANETIC, André (2009), **O papel dos municípios na segurança pública**, in Coleção Segurança com Cidadania, Ano 1, Nº 1, Subsídios para Construção de um Novo Fazer Segurança Pública. ISSN 1984-7025.

LIMA, Renato Sérgio de (2008), **A Produção da Opacidade. Estatísticas criminais e segurança pública no Brasil**. NOVOS ESTUDOS. CEBRAP. 80, março 2008. pp. 65-69

LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira (2013), Introdução. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2013**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

MELLO, João M. P. de e SCHNEIDER, Alexandre (2009), **Mudança Demográfica e a Dinâmica dos Homicídios no Estado de São Paulo**. Coleção Segurança com Cidadania, Ano 1, Nº 3, Homicídios: Políticas de Controle e Prevenção no Brasil. ISSN 1984-7025.

MOCAN, Nanci (2003), **Crime Control: Lessons from the New York City Experience**. Paper to be given at the International Seminar on Crime and Violence Prevention in Urban Settings, Bogotá, Colômbia.

NÓBREGA JR, José Maria; ZAVERUCHA, Jorge e ROCHA, Enivaldo C. (2009). **Homicídios no Brasil: revisando a bibliografia nacional e seus resultados empíricos**. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB. N. 67. Pp. 75-94.

NÓBREGA JR. José Maria; ZAVERUCHA, Jorge e ROCHA, Enivaldo (2011). **Mortes Por Agressão Em Pernambuco E No Brasil: Um Óbice Para A Consolidação Da Democracia**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 103-114.

NÓBREGA JR., José Maria (2008). Barômetro da Violência e da Segurança na Cidade do Recife. **Política Hoje**. Vol. 17. Nº 1.

NÓBREGA JR., José Maria (2009). **Semidemocracia brasileira: as instituições coercitivas e práticas sociais**. Nossa Livraria Editora. Recife.

NÓBREGA JR, José Maria (2010), A dinâmica dos homicídios no Nordeste e em Pernambuco. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** – Vol. 3 – nº 10 – OUT/NOV/DEZ – pp. 51-74.

NÓBREGA JR, José Maria (2010b), A Militarização Da Segurança Pública: Um Entrave Para A Democracia Brasileira. **Rev. Sociol. Polít., Curitiba**, v.18, n.35, p. 119-130, fev. 2010.

NÓBREGA JR., José Maria (2011). Os **Homicídios no Nordeste Brasileiro**. O Panorama dos Homicídios no Brasil. Segurança, Justiça e Cidadania. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Ministério da Justiça. Ano 3. Nº 6.

NÓBREGA JR., José Maria (2012). **Homicídios no Nordeste**. Dinâmica, relações causais e desmistificação da violência homicida. Ed. UFCG. Campina Grande. Paraíba.

NÓBREGA JR., José Maria (2014), **Políticas Públicas e Segurança Pública em Pernambuco: o case pernambucano e a redução da violência homicida**. *LATITUDE*. Vol. 8, nº 2, pp. 315-335.

NÓBREGA JR., José Maria e ZAVERUCHA (2010). **Violência homicida no Nordeste brasileiro: uma refutação às explicações baseadas na desigualdade e na pobreza**. Dossiê Segurança Pública. Anuário Antropológico. Departamento de Antropologia da UnB. Tempo Brasileiro. Vol. 2 (2009). Pp. 53-87.

NÓBREGA JR, José Maria e ZAVERUCHA (2013). Violência Homicida em Campina Grande e João Pessoa: dinâmica, relações socioeconômicas e correlação com o desempenho econômico. **Revista Brasileira de Ciências Criminas (RBCCrim)**. Ano 21. 102. Maio - junho de 2013.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013), **O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL BRASILEIRO**. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.

SÁNCHEZ TORRES, Fabio (2007), **Las Cuentas de La Violencia**, Economía Universidad de los Andes, Bogotá, Grupo Editorial Norma.

SAPORI, L. F. (2007), **Segurança pública no Brasil. Desafios e perspectivas**. FGV. Rio de Janeiro.

SAPORI, L. F. e SOARES, G. A. D. (2014). **Por que cresce a violência no Brasil?** Editora PUC Minas Autêntica. Belo Horizonte.

SOARES, Gláucio A. D. (2008). **Não Matarás**. Desenvolvimento, desigualdade e homicídios. FGV Editora. Rio de Janeiro.

SOARES, Gláucio A. D., BATITUCCI, Eduardo C. e RIBEIRO, Ludmila M. L. (2007), **As mortes desiguais em Minas Gerais: gênero, idade, estado civil e raça nos homicídios registrados pelo Sistema de Informações de Mortalidade**. In: Homicídios no Brasil, Marcus Vinicius Gonçalves da Cruz e Eduardo Cerqueira Batitucci (Orgs.). FGV. Rio de Janeiro.

SOARES, Gláucio A. D., SOUZA, Cíntia P. Ribeiro de e MOURA, Marcos Vinicius (2009) **Gênero e vitimização por homicídio**. In Coleção Segurança com Cidadania, Ano 1, Nº 3, Homicídios: Políticas de Controle e Prevenção no Brasil. ISSN 1984-7025.

ZAVERUCHA, Jorge (2005), **FHC, Forças Armadas e Polícia**. Entre o autoritarismo e a democracia. 1999-2002. Record. Rio de Janeiro.